

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

**PARA A HISTÓRIA DOS GOVERNADORES CIVIS DE PORTUGAL. QUEM FORAM OS GOVERNADORES CIVIS DE BRAGA, DESDE O ANO DE 1833 A 1958.**

LAPA, Albino

Ano: 1958 | Número: 68

---

## Como citar este documento:

LAPA, Albino, Para a história dos Governadores Civis de Portugal. Quem foram os Governadores Civis de Braga, desde o ano de 1833 a 1958. *Revista de Guimarães*, 68 (3-4) Jul.-Dez. 1958, p. 397-406.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)

URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# Para a história dos Governadores Civis de Portugal

Quem foram os Governadores Civis de Braga,  
desde o ano de 1833 a 1958

---

Acedendo à sugestão do Senhor Engenheiro e Deputado Duarte do Amaral, aqui estamos presente nas acolhedoras páginas da «Revista de Guimarães».

O assunto que vamos versar é muito importante sob o ponto de vista político. Trata-se de dar a conhecer a lista completa dos nomes que, desde 1833, governaram a mais bela e encantadora província de Portugal, que tem como capital a histórica cidade de Braga.

Estava reservada esta relação para o nosso estudo intitulado «História dos Governadores Civis de Portugal»; porém, isso não impede que demos a conhecer nas páginas desta Revista a parte relativa à província do Minho, discriminando as épocas dos Prefeitos, Governadores Civis, Administradores Gerais do Distrito, e novamente dos Governadores Civis até hoje.

Muito teríamos a dizer se profundássemos o que fica para trás do século XIX. Mas não é esse o nosso intuito.

Com a invasão francesa surgiu o Decreto de 1 de Fevereiro de 1807, que determinava dar às províncias do Reino conquistado um Corregedor-mor.

Mais tarde, essas províncias passaram a ser governadas por governadores ou generais das Armas, com atribuições civis, cabendo às Comarcas um Corregedor com jurisdição civil e criminal.

Verdadeiramente a divisão territorial do Reino não existia, e daí a anarquia em que o povo se debatia, porque o poder central vivia na mais completa ignorância do que se passava, pela falta de ligação de autoridade para autoridade.

Foi necessário que uma guerra fratricida trouxesse os bons princípios de bases jurídicas, administrativas e de segurança pública, para que Portugal gozasse, enfim, duma mais justa e ansiada tranquilidade.

E essa tranquilidade se ficou devendo ao eminente homem público, natural da nobre e florescente vila de Castelo de Vide — Mousinho da Silveira, que, em nome do Constitucionalismo, promulgou o célebre Decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, quando ainda D. Pedro se encontrava em Ponta Delgada, e no qual dividia o país em Províncias, dando a cada uma um Prefeito, subordinado ao Secretário de Estado do Ministério dos Negócios do Reino.

O nome de *Prefeito*, era de inspiração francesa, designação que ainda perdura no Brasil.

Mas a Lei de Mousinho não vingou logo, porque só um ano depois de promulgada, outro Decreto, com o n.º 65, dizia que, para uma boa administração, era indispensável existir uma bem elaborada divisão do território.

E dentro desta doutrina, o citado Decreto, datado de 28 de Junho de 1833, assinado pelo Duque D. Pedro e Cândido José Xavier, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios do Reino, dividiu Portugal em sete Províncias, estas em Comarcas e as Comarcas em Concelhos, que seriam formados por uma «ou mais freguesias por inteiro».

Mas só passados três meses, a 24 de Setembro, a «Crónica Constitucional de Lisboa», N.º 52, em reforço das disposições do histórico Decreto de 28 de Junho, determinava:

«Sendo forçoso promover o regular andamento dos Negócios Públicos de modo que as diferentes partes da administração se liguem entre si, e o benefício das Leis possa devidamente fazer-se sentir aos Povos pelo acordo das suas disposições e pela

harmonia entre as diferentes partes da sua execução, e sendo a criação das Prefeituras indispensável para pôr em actividade o Sistema de Administração criada por Decreto de dezasseis de Maio de oitocentos e trinta e dois, e bem assim as previdentes disposições de outro decreto de vinte e oito de Junho de mil oitocentos e trinta e três...»

E para corroborar o espírito destas «previdentes disposições», eram nomeados os sete primeiros Prefeitos, cabendo à Província do Minho, com sede em Braga, o Conselheiro Francisco Saraiva da Costa Refoios, natural da Guarda, que alcançou o posto de Brigadeiro do Exército Português.

Mais tarde foi elevado à dignidade de Barão de Ruivos, e serviu o cargo de Prefeito desde 19 de Setembro de 1833 a 25 de Julho de 1835.

Nesta data, uma nova reforma administrativa e territorial do país foi publicada, e, pela mesma, Portugal foi dividido em dezassete Distritos (1), com áreas mais pequenas que as antigas Prefeituras, mas de mais fácil administração.

E em lugar de Prefeitos, passou a haver Governadores Civis.

Os Distritos eram divididos em Concelhos, com Administradores, e estes em Freguesias, com Comissários de Paróquia, mais tarde Regedores.

Para o cargo de Governador Civil do Distrito de Braga, recaiu a escolha no capitão José Teixeira de Aguilar, que chegou a ser Par do Reino, e que pediu, a 26 de Outubro de 1833, a sua promoção a major por antiguidade, o que não conseguiu. Ainda desempenhou o cargo de ajudante do Governador Militar de Lisboa.

Era natural de Cedovim, comarca de Trancoso. Este capitão Aguilar muito sofreu com a política, porque além de ter estado cinco anos preso, foram-lhe sequestrados todos os seus bens, só os rea-

---

(1) Hoje Portugal continental e insular está dividido em 22 Distritos.

vendo a 22 de Maio de 1834, por ter requerido justiça à Rainha.

Talvez por não concordar com a marcha da política, poucos meses depois, apresentou a sua demissão, só a conseguindo após ter enviado aos Altos Poderes este enérgico officio:

« Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Quando um Empregado Público, independente por carácter e circunstâncias, aceite empregos, com o único e determinado fim de bem servir a sua Pátria, sem ideias de interesse, de que não precisa, se julga colocado na posição de não merecer aos Ministros da Coroa o conceito e confiança que lhe são indispensáveis; é do rigoroso dever desse Empregado o resignar o lugar que exerce: nestas circunstâncias pois me julgo eu em relação aos actuais Ministros de Sua Majestade a Rainha; e é por isso que rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne obter da mesma Augusta Senhora a exoneração do cargo que ocupo de Governador Civil de Braga. 23 de Novembro de 1835. Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino — o Governador Civil — José Teixeira de Aguilár ».

Só cinco dias depois, é que foi atendido o seu pedido de demissão, pelo ministro Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, que tinha tomado posse do alto cargo a 25 do mesmo mês.

A 5 de Dezembro toma posse o novo Governador Civil, Conselheiro Manuel de Castro Pereira, com carácter interino, e que ficou na escala o n.º 2, exonerado a 7 de Maio de 1836, para novamente retomar o cargo o Capitão Aguilár, o n.º 3 da escala, que foi o último desta fase, porque a 11 de Setembro desse mesmo ano de 1836, o notável estadista Manuel da Silva Passos, com uma nova Lei, acaba com a designação de Governadores Civis, que substitui pela de Administradores Gerais.

Teixeira de Aguilár serviu como Governador Civil até 7 de Setembro de 1836; a 12 foi nomeado Secretário Geral do Distrito Luís da Cunha Menezes, para no mesmo dia ser substituído por Francisco Manuel da Costa, visto aquele ter pedido escusa do cargo, por ser filho do Presidente do Conselho de Ministros.

O 1.º Administrador Geral do Distrito de Braga, nomeado a 6 de Dezembro, foi o Conselheiro José Manuel Teixeira de Carvalho, que já tinha desempenhado também o cargo de Secretário Geral, deixando o lugar a 1 de Junho de 1838, para ir ocupar a cargo de 1.º bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, para o qual já tinha sido nomeado a 13 de Maio de 1837.

Seguiu-se João de Vasconcelos e Sá, de 1 de Junho de 1838 a 22 de Outubro de 1841.

Este Vasconcelos e Sá, foi reformado no posto de Marechal de Campo.

Com a saída de Vasconcelos e Sá, foi entregue o lugar ao Secretário Geral, porque só a 26 de Fevereiro de 1842 foi nomeado Administrador Geral o Barão da Vila Pouca, último que gozou essa designação.

Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva, 2.º Barão de Vila Pouca, foi Par do Reino, Coronel de Milícias de Guimarães, e como Administrador Geral ocupou o lugar até 18 de Março de 1842, pois nessa data nova reforma administrativa foi outorgada, passando tais autoridades a chamarem-se novamente Governadores Civis, o que ainda se mantêm.

O Barão de Vila Pouca (Rodrigo), último Administrador Geral, foi, na 2.ª fase dos Governadores Civis, o 1.º e na escala geral o n.º 4.

Os três anteriores serviram desde 25 de Julho de 1835 a 7 de Setembro de 1836, e o Barão até 19 de Dezembro de 1843.

Nas ausências do Barão de Vila Pouca, e com as categorias de Governadores Civis interinos, serviram: João de Melo Pereira Sampaio, de 2 de Julho de 1842 a 11 de Julho do mesmo ano, e António de Nápoles Vaz Vieira de Melo Alvim, a 11 de Julho de 1842, apenas um dia.

**Damos em seguida a relação, dos Governadores Civis do Distrito de Braga desde 1844 até hoje:**

<i>João Elias da Costa Faria</i> . . .	De 27 de Janeiro de 1844 a 29 de Maio de 1846
<i>Francisco Lopes de Azevedo Velho</i> . . . . .	De 29 de Maio de 1846 a 6 de Julho de 1846
<i>Silvério da Silva e Castro (int.º)</i>	De 6 de Julho de 1846 a 6 de Outubro de 1846
<i>Barão de Vila Pouca (int.º)</i> .	De 6 de Outubro de 1846 a 8 de Novembro de 1847
<i>Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida</i> . . . . .	De 8 de Novembro de 1847 a 3 de Janeiro de 1848
<i>Conde de Vila Pouca</i> . . . .	De 3 de Janeiro de 1848 a 3 de Maio de 1851
<i>António Clemente de Sousa Gião</i>	De 3 de Maio de 1851 a 15 de Setembro de 1852
<i>Conde de Bertandos</i> . . . .	De 15 de Setembro de 1852 a 2 de Junho de 1856
<i>Custódio Rebelo de Carvalho</i> .	De 22 de Julho de 1856 a 21 de Janeiro de 1857
<i>D. Rodrigo José de Meneses</i> .	De 22 de Abril de 1857 a 29 de Setembro de 1857
<i>Dr. João Silvério de Amorim da Guerra Quaresma</i> . . . .	De 6 de Abril de 1858 a 20 de Junho de 1859
<i>Conde de Azenha</i> . . . . .	De 20 de Junho de 1859 a 8 de Agosto de 1860
<i>António Maria José de Melo Silva César e Meneses</i> . .	De 15 de Dezembro de 1860 a 19 de Março de 1862
<i>Dr. Francisco de Campos Azevedo Soares</i> . . . . .	De 14 de Abril de 1862 a 17 de Setembro de 1862
<i>José Gerardo Ferreira Passos (interino)</i>	De 17 de Setembro de 1862 a 20 de Outubro de 1862
<i>Januário Correia de Almeida</i> .	De 20 de Outubro de 1862 a 26 de Dezembro de 1864
<i>Dr. José Joaquim Vieira</i> . . .	De 15 de Fevereiro de 1865 a 8 de Setembro de 1865

Visconde de Pindela . . . . .	De 8 de Setembro de 1865 a 13 de Janeiro de 1868
Cons. José Joaquim Vieira . . . . .	De 13 de Janeiro de 1868 a 1 de Junho de 1869
Cons. Jerónimo Barbosa de Abreu e Lima . . . . .	De 25 de Novembro de 1869 a 23 de Maio de 1870
Marquês de Valada . . . . .	De 25 de Maio de 1870 a 23 de Junho de 1870
Dr. António José Teixeira . . . . .	De 23 de Junho de 1870 a 30 de Agosto de 1870
Cons. Dr. António Alves Carneiro . . . . .	De 5 de Setembro de 1870 a 4 de Fevereiro de 1871
Dr. José Barbosa da Costa Lemos . . . . .	De 14 de Fevereiro de 1871 a 12 de Outubro de 1871
Luis Cardoso Martins da Costa Macedo (Visc. de Margaride)	De 12 de Outubro de 1871 a 15 de Março de 1877
Marquês de Valada . . . . .	De 5 de Abril de 1877 a 6 de Fevereiro de 1878
Dr. Joaquim Cabral de Noronha e Meneses . . . . .	De 6 de Fevereiro de 1878 a 6 de Junho de 1879
Visconde de Pindela . . . . .	De 6 de Junho de 1879 a 28 de Março de 1881
Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel . . . . .	De 7 de Abril de 1881 a 11 de Dezembro de 1884
Marquês de Valada . . . . .	De 11 de Dezembro de 1884 a 21 de Janeiro de 1886
Cons. Dr. Joaquim Peito de Carvalho (int.º)	De 21 de Janeiro de 1886 a 18 de Fevereiro de 1886
António Alberto da Rocha Paris (int.º) . . . . .	De 25 de Fevereiro de 1886 a 8 de Outubro de 1886
Visconde de Pindela . . . . .	De 8 de Outubro de 1886 a 20 de Dezembro de 1888
Cons. Dr. Joaquim Pais Abran- ches . . . . .	De 20 de Dezembro de 1888 a 13 de Janeiro de 1890
Cons. Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel . . . . .	De 13 de Janeiro de 1890 a 6 de Novembro de 1890

Conde Casal Ribeiro ( <i>Frederico</i> )	De 9 de Novembro de 1890 a 18 de Junho de 1891
Cons. Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel . . . . .	De 18 de Junho de 1891 a 28 de Janeiro de 1892
Dr. Adriano Carneiro de Sampaio . . . . .	De 28 de Janeiro de 1892 a 24 de Novembro de 1892
António Bernardo da Fonseca Monis . . . . .	De 12 de Janeiro de 1893 a 9 de Março de 1893
José de Abreu do Couto de Amorim Novais . . . . .	De 9 de Março de 1893 a 1 de Setembro de 1894
Dr. Manuel Inácio de Amorim Novais Leite . . . . .	De 12 de Setembro de 1894 a 31 de Janeiro de 1895
Visconde da Torre . . . . .	De 31 de Janeiro de 1895 a 3 de Fevereiro de 1897
Cons. Dr. Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral . . . . .	De 11 de Fevereiro de 1897 (Foi eleito Deputado)
Dr. Álvaro de Mendonça Machado e Araújo . . . . .	De 24 de Março de 1898 a 23 de Junho de 1900
Visconde da Torre . . . . .	De 2 de Julho de 1900 a 1 de Junho de 1901
D. Tomaz de Almeida Manuel de Vilhena. . . . .	De 1 de Junho de 1901 a 18 de Outubro de 1904
Visconde de Paço de Nespereira (João) . . . . .	De 26 de Outubro de 1904 a 22 de Março de 1906
D. Tomaz de Almeida Manuel Vilhena. . . . .	De 23 de Março de 1906 a 17 de Maio de 1906
Cons. Manuel Inácio de Amorim Novais Leite . . . . .	De 5 de Junho de 1906 a 15 de Fevereiro de 1908
Dr. Francisco Botelho de Carvalho de Oliveira Leite . . . . .	De 22 de Fevereiro de 1909 a 21 de Janeiro de 1909
Conde de Carcavelos. . . . .	De 17 de Março de 1909 a 2 de Março de 1910
Dr. Álvaro de Azeredo Leme Pinto e Melo . . . . .	De 16 de Abril de 1910 a 25 de Junho de 1910
Dr. Francisco Botelho de Oliveira Leite . . . . .	De 27 de Junho de 1910 a 5 de Outubro de 1910

Este foi o último Governador Civil de Braga, do período da Monarquia.

**No período da República**

De 1910 a 1926:

<i>Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro</i> . . . . .	De 5 de Outubro de 1910 a 7 de Junho de 1913
<i>Ten. João Lopes Soares</i> . . . . .	De 19 de Julho de 1913 a 6 de Abril de 1914
<i>Dr. José Joaquim Álvares Pedreira de Moura</i> . . . . .	De 6 de Abril de 1914 a 17 de Agosto de 1914
<i>Carlos Augusto de Oliveira</i> . . . . .	De 26 de Setembro de 1914 a 5 de Fevereiro de 1915
<i>Miguel de Abreu</i> . . . . .	De 5 de Fevereiro de 1915 a 24 de Maio de 1915
<i>Eduardo Cerqueira Machado Cruz</i> . . . . .	De 24 de Maio de 1915 a 13 de Dezembro de 1917
<i>Miguel de Abreu</i> . . . . .	De 13 de Dezembro de 1917 a 9 de Fevereiro de 1918
<i>Dr. José Fêria Dordio Teotónio</i> . . . . .	De 9 de Fevereiro 1918 a 13 de Dezembro de 1918
<i>Cap. Francisco de Pádua</i> . . . . .	De 13 de Dezembro de 1918 a 28 de Fevereiro de 1919
<i>Dr. Alberto Álvaro Dias Pereira</i> . . . . .	De 28 de Fevereiro de 1919 a 16 de Julho de 1919
<i>Dr. João Caetano da Fonseca Lima</i> . . . . .	De 16 de Julho de 1919 a 9 de Novembro de 1920
<i>Major João Rodrigues Baptista</i> . . . . .	De 9 de Novembro de 1920 a 30 de Maio de 1921
<i>Dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria</i> . . . . .	De 30 de Maio de 1921 a 20 de Junho de 1921
<i>Major Alberto David Branquinho</i> . . . . .	De 20 de Junho de 1921 a 13 de Agosto de 1921
<i>Artur Brandão</i> . . . . .	De 13 de Agosto de 1921 a 14 de Novembro de 1921
<i>Dr. José Leão Ferreira da Silva</i> . . . . .	De 14 de Novembro de 1921 a 9 de Novembro de 1922
<i>Dr. João Carrington Simões da Costa</i> . . . . .	De 15 de Fevereiro de 1923 a 16 de Novembro de 1923
<i>Artur Brandão</i> . . . . .	De 20 de Novembro de 1923 a 17 de Dezembro de 1923

Vasco Martins Morgado. . . . .	De 27 de Dezembro de 1923 a 9 de Agosto de 1924
João Evangelista de Meneses Pinheiro . . . . .	De 16 de Agosto de 1924 a 18 de Setembro de 1925
Major Miguel Augusto Alves Ferreira. . . . .	De 18 de Setembro de 1925 a 8 de Fevereiro de 1926
João Evangelista de Meneses Pinheiro. . . . .	De 8 de Fevereiro de 1926 a 11 de Junho de 1926

### Desde a Revolução de «28 de Maio» até hoje:

Cap. José Ribeiro Barbosa . . . . .	De 26 de Junho de 1926 a 18 de Abril de 1929
Cap. Francisco Filipe dos Santos Caravana . . . . .	De 18 de Abril de 1929 a 27 de Fevereiro de 1930
Coronel Alfredo Balduino de Seabra . . . . .	De 12 de Março de 1930 a 10 de Dezembro de 1930
Coronel Artur José dos Santos . . . . .	De 10 de Dezembro de 1930 a 1 de Agosto de 1931
Dr. Domingos José Soares . . . . .	De 1 de Agosto de 1931 a 1 de Novembro de 1932
Dr. José Gomes de Matos Graça . . . . .	De 1 de Novembro de 1932 a 30 de Novembro de 1933
Cap. Lucínio Gonçalves Presa . . . . .	De 2 de Fevereiro de 1934 a 17 de Dezembro de 1938
Dr. José Joaquim de Oliveira . . . . .	De 26 de Janeiro de 1939 a 9 de Outubro de 1944
Dr. Henrique Cabral Noronha e Meneses. . . . .	De 9 de Outubro de 1944 a 25 de Fevereiro de 1947
Major Armando Nery Teixeira . . . . .	De 18 de Março de 1947 a 4 de Julho de 1957
Dr. António Eduardo de Azevedo Abranches . . . . .	De 4 de Julho de 1957

Balanço geral: Prefeitos—1; Governadores Cívicos (1.<sup>a</sup> fase)—3; Administradores Gerais—3; Governadores Cívicos (2.<sup>a</sup> fase) até à queda da Monarquia—56; na República—33.